



CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM

EDITAL Nº 1 – CENSIPAM, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

Analista em Ciência e Tecnologia – Júnior

104

**Administrativa -
Administração**

Data da prova:

Domingo, 19/11/2023

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
 - 1 (um) caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) prova discursiva;
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Ter primavera a todo instante.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de questões, bem como retirar-se da sala.
- Somente quando faltar 30 (trinta) minutos para o término do tempo fixado para realização das provas, você poderá deixar o local levando consigo o caderno de questões.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "B"



PROVA OBJETIVA

SIGLAS UTILIZADAS NA PROVA

CENSIPAM: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questões de 1 a 25

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

Questões de 1 a 10

QUESTÃO 1

Desde 2011, o Censipam está ligado ao Ministério da Defesa. As funções do órgão apresentam “interface estreita com os comandos militares”, principalmente no **que** se refere às diretrizes previstas na Estratégia Nacional de Defesa (END). A END prioriza a região amazônica por ser um dos focos de maior interesse para a defesa nacional. A proteção da área exige avanço no desenvolvimento sustentável, **que** passa pelo monitoramento, controle, pela mobilidade e presença do Estado.

Disponível em: <www.eb.mil.br/publicacoes?dez-anos-depois-de-criado-censipam-possibilita-avancos-na-defesa-da-amazonia>. Acesso em: 17 out. 2023.

Assinale a alternativa na qual o termo sublinhado exerce a mesma função sintática que a palavra “que” em suas duas ocorrências no texto.

- (A) “o Censipam está ligado ao Ministério da Defesa.”
- (B) “As funções do órgão apresentam ‘interface estreita com os comandos militares.’”
- (C) “A proteção da área exige avanço no desenvolvimento sustentável”.
- (D) “A END prioriza a região amazônica por ser um dos focos de maior interesse para a defesa nacional.”
- (E) “passa pelo monitoramento, controle, pela mobilidade e presença do Estado.”

QUESTÃO 2

Em Marabá (PA), a Companhia de Comunicações de Selva realiza o Exercício de Adestramento dos Sistemas Táticos de Comunicações, com o objetivo de nivelar e capacitar o pessoal das organizações militares da Brigada de Infantaria de Selva. Durante o Exercício, os militares operam os sistemas e equipamentos de comunicações que são empregados nas operações de preparo e emprego. São ministradas instruções acerca de diversos equipamentos de tecnologia da informação. Ao longo do Exercício, os militares podem manuseá-los e tirar as dúvidas para melhor assessorar seus comandantes quanto ao emprego dos Sistemas Táticos de Comunicações.

Disponível em: <www.eb.mil.br/publicacoes?exercicio-de-adestramento-do-sistema-tatico-de-comunicacoes>. Acesso em: 17 out. 2023, com adaptações.

Assinale a alternativa que corresponde à função exercida pelos termos sublinhados em “os militares operam os sistemas e equipamentos de comunicações” e em “São ministradas instruções acerca de diversos equipamentos de tecnologia da informação.”, respectivamente.

- (A) objeto direto – sujeito
- (B) sujeito – objeto direto
- (C) sujeito – sujeito
- (D) objeto direto – objeto direto
- (E) objeto direto – predicativo do sujeito

QUESTÃO 3

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) é o satélite brasileiro projetado para fornecer mais segurança às comunicações estratégicas do governo e às comunicações militares, **pois** o controle realiza-se no Brasil em estações localizadas em áreas militares, sob a coordenação da Telebras e do Ministério da Defesa. O satélite apoiou a Operação Amazônia 2020 na região de Manacapuru (AM), distante 103 quilômetros de Manaus. Em plenitude, o SGDC opera, na banda militar, com o Sistema de Comunicações Militares por Satélite e, na banda civil, com a antena da Telebras. Esse meio de comunicação foi empregado no terreno, possibilitando as comunicações por dados em todos os eventos da Operação Amazônia 2020.

Disponível em: <www.eb.mil.br/publicacoes?parceria-inedita-entre-o-exercito-brasileiro-e-o-censipam-aumenta-a-seguranca-das-comunicacoes-militares>. Acesso em: 17 out. 2023, com adaptações.

No primeiro período do texto, é correto substituir a conjunção “pois”, sem que isso acarretasse incorreção gramatical nem alteração de seu sentido original, pela palavra

- (A) **portanto.**
- (B) **porquanto.**
- (C) **na medida em que.**
- (D) **contudo.**
- (E) **contanto.**

QUESTÃO 4

O Censipam realizou em setembro, no Centro Regional de Porto Velho, a primeira Reunião de Monitoria Hidrometeorológica do Rio Madeira. Durante a reunião, o Censipam apresentou um prognóstico climático e hidrometeorológico para a região. O objetivo foi analisar as previsões quanto ao nível do rio e debater as estratégias para lidar com a seca. “A palavra maior dessa reunião é integração. Estamos trazendo os órgãos locais que regulam ou usam o Rio Madeira para avaliar os problemas que eles estão enfrentando, as medidas que as autoridades competentes precisam tomar e o que eles podem contribuir **nesse trabalho**. É necessário o estreitamento dos laços entre os órgãos para agirem de forma coordenada”, destacou o gerente regional do Censipam em Porto Velho.

Disponível em: <<https://www.gov.br/censipam/pt-br/noticias/censipam-realiza-reuniao-de-emergencia-sobre-a-seca-do-rio-madeira>>. Acesso em: 17 out. 2023, com adaptações.

Assinale a alternativa que corresponde ao referente semântico de “nesse trabalho”.

- (A) “O Censipam”
- (B) “Reunião de Monitoria Hidrometeorológica do Rio Madeira”
- (C) “prognóstico climático e hidrometeorológico para a região”
- (D) “analisar as previsões quanto ao nível do rio e debater as estratégias para lidar com a seca”
- (E) “estreitamento dos laços entre os órgãos”

QUESTÃO 5

O Censipam e a Força Aérea Brasileira assinaram plano de trabalho para desenvolvimento de ações de monitoramento de ilícitos. O evento ocorreu no Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), em Brasília. A parceria tem por objetivo promover a cooperação e o apoio técnico na condução de projetos de interesse comum. O plano prevê o intercâmbio de geointeligência, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias, uma vez que o COMAE está no cotidiano transfronteiriço e, por isso, pode compartilhar conhecimentos, dificuldades e, principalmente, soluções.

Disponível em: <<https://www.gov.br/censipam/pt-br/noticias/censipam-e-fab-assinam-acordo-para-monitoramento-de-ilicitos>>. Acesso em: 17 out. 2023, com adaptações.

Assinale a alternativa que apresenta as características da comunicação oficial entre os órgãos citados no texto.

- (A) Impessoalidade, objetividade e precisão são características essenciais em comunicações oficiais, independentemente das diferenças hierárquicas dos cargos.
- (B) A redação deve estar isenta de informações de caráter objetivo, o que torna o texto mais preciso e direto.
- (C) Entre servidores que ocupam cargos hierarquicamente semelhantes, é comum o emprego de linguagem informal em documentos oficiais.
- (D) Expressões subjetivas e que carregam emoção são bastante relevantes em documentos oficiais, uma vez que a sinceridade no trabalho imprime maior veracidade nas relações interpessoais.
- (E) O texto oficial já deve apresentar as idiossincrasias relativas aos indivíduos que trabalharão em equipe, para que possam previamente se conhecer.

QUESTÃO 6

Técnicos do Censipam realizaram a manutenção das estações meteorológicas de superfície do Centro. A equipe, composta por sete servidores dos Centros Regionais de Manaus (AM), Belém (PA) e Porto Velho (RO), passou por várias localidades. As informações são geradas e armazenadas no banco de dados do Censipam e transmitidas de forma automática para o Instituto Nacional de Meteorologia. Por meio desse trabalho, o Censipam atende, por exemplo, todas as Defesas Cíveis de qualquer região dentro da sua área de abrangência.

Disponível em: <<https://www.gov.br/censipam/pt-br/noticias/estacoes-meteorologicas-de-superficie-do-censipam-passam-por-manutencao>>. Acesso em: 17 out. 2023, com adaptações.

No parágrafo apresentado, a respeito do emprego da vírgula, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultativo em todos os casos, uma vez que corresponde a um uso meramente estilístico, e não sintático.
- (B) É obrigatório apenas para destacar os termos da enumeração: “Manaus (AM), Belém (PA) e Porto Velho (RO)”.
- (C) É obrigatório depois de “Por meio desse trabalho” por isolar expressão adverbial deslocada.

- (D) Seria viável depois de “superfície do Centro”, desde que a inicial maiúscula do próximo período fosse adequada à nova redação.
- (E) Depois de “A equipe”, poderia ser substituída por dois pontos, já que introduz uma enumeração de cidades.

QUESTÃO 7

O Censipam, órgão vinculado ao Ministério da Defesa, promoveu o 3º Seminário Painel do Fogo. O evento, realizado em Brasília, marcou um importante avanço na luta contra os incêndios florestais na região amazônica. Durante o seminário, foi anunciada a expansão da capacidade de utilização da ferramenta Painel do Fogo para todos os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Essa inovação representa um marco significativo na cooperação entre as nações amazônicas para o combate aos incêndios e a preservação da floresta. Com a ampliação do Painel do Fogo para os países da OTCA, a ferramenta agora permite o monitoramento, em tempo quase real, de focos de incêndio, desde pequenos focos isolados até grandes incêndios, por meio da identificação do agrupamento e da evolução dos focos de calor. O sistema combina informações geoespaciais, imagens de satélites e dados de um indicador de nível de severidade, proporcionando uma visão abrangente e precisa da situação.

Disponível em: <<https://www.gov.br/censipam/pt-br/noticias/3o-seminario-painel-do-fogo-expande-o-uso-da-ferramenta-para-paises-amazonicos>>. Acesso em: 17 out. 2023.

Com base na leitura compreensiva do texto, é correto afirmar que o autor

- (A) considera o Censipam um órgão importante porque se utiliza da ferramenta Painel de Fogo e, assim, consegue prevenir o desmatamento na região amazônica.
- (B) apresenta preocupação de que a ferramenta Painel do Fogo seja utilizada não só pelo Brasil, mas por todos os países da OTCA para que a Floresta seja preservada.
- (C) discorda da participação de outros países no combate aos incêndios e na preservação da floresta, já que o Censipam é órgão vinculado ao Ministério da Defesa.
- (D) propõe, por meio de seminários, medidas inovadoras no combate ao desmatamento no Brasil.
- (E) tem como interlocutor apenas parte da população brasileira, interessada em conter o fogo na Amazônia e no Cerrado.

Área livre

QUESTÃO 8

O Censipam foi criado em abril de 2002 com o objetivo de promover a proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Entretanto, a história de criação do Censipam começou em 1990, quando o Governo Federal deu os primeiros passos nas definições de concepção de um Sistema de Proteção da Amazônia, que foi denominado Sipam. Assim, foi definida a infraestrutura tecnológica para apoiar a atuação das instituições governamentais na região. Em 1994, foi publicado um decreto que definiu as normas para a implantação do Sipam e declarou o projeto de natureza estratégica. Em 1999, foi publicado o decreto que dispõe acerca do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, ligado à Casa Civil, com a atribuição de definir as diretrizes do Sipam. Logo depois da criação do Consipam, nasceu o Censipam, em 2002, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, para gerenciar o Sipam.

Disponível em: <<https://wikimapia.org/5246155/pt/>>.
Acesso em: 17 ago. 2023, com adaptações.

Com relação à tipologia e ao tema do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O primeiro período do texto corresponde à tese defendida pelo autor quanto à importância da criação do Censipam para a Amazônia.
- (B) O primeiro período apresenta características de texto injuntivo, visto que pretende convencer o leitor de que a criação do Censipam foi fundamental para o Governo Federal desde 2002.
- (C) O texto é predominantemente dissertativo e apresenta o conceito de Amazônia Legal no primeiro período, como fio condutor da progressão das ideias.
- (D) O texto é predominantemente informativo, e apresenta conhecimentos que compõem uma breve história acerca do Censipam.
- (E) O parágrafo é narrativo, pois apresenta a história do Censipam, como se observa por meio das referências temporais com a intenção de defender ponto de vista relativamente às normas para a sua implantação.

Área livre

QUESTÃO 9

Atualmente, o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) dispõe de um aparato tecnológico único no País e conta com dados obtidos por meio de cinco sensores aerotransportados a bordo de aeronaves R99-B, R95 e Learjet, que operam nas faixas de micro-ondas, visível e infravermelho. O clima e o tempo na região amazônica são controlados diariamente. O sistema tem 11 radares meteorológicos instalados em municípios dos estados de Roraima, do Amazonas, de Rondônia, do Acre, do Pará, do Amapá e do Maranhão. Os técnicos ainda realizam estudos acerca da climatologia, fazem previsões trimestrais e monitoram eventos meteorológicos. Essas informações são repassadas às defesas civis.

Disponível em: <www.eb.mil.br/publicacoes?dez-anos-depois-de-criado-censipam-possibilita-avancos-na-defesa-da-amazonia>.
Acesso em: 17 out. 2023, com adaptações.

No que tange ao acento grave indicativo de crase e considerando as alterações propostas nas alternativas, no trecho “Essas informações são repassadas às defesas civis.”, o acento seria mantido caso o adjetivo “repassadas” e a expressão “defesas civis” fossem, respectivamente, substituídos por

- (A) transferidas e órgãos competentes.
- (B) apresentadas e instituições responsáveis.
- (C) ensinadas e militares encarregados.
- (D) apreendidas e superiores.
- (E) lembradas e comandantes.

QUESTÃO 10

Inaugurado há exatos dez anos em Brasília, o Censipam é hoje referência no uso do sensoriamento remoto da Amazônia Legal, o que tem possibilitado avanços na defesa estratégica da região. O órgão tem contribuído significativamente para aprimorar a atuação de outros setores da Defesa na Amazônia brasileira, bem como de instituições que mantêm projetos na área. “O Centro exerce importante trabalho com o suporte de informações para o subsídio de iniciativas que envolvem os comandos militares, como a Operação Ágata e atividades para proteger nossas fronteiras”, garante o secretário de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa.

Disponível em: <www.eb.mil.br/publicacoes?dez-anos-depois-de-criado-censipam-possibilita-avancos-na-defesa-da-amazonia>. Acesso em: 17 out. 2023.

Para se manter a correção, o sentido e a formalidade do texto, é correto substituir a forma verbal “há” por

- (A) fazem.
- (B) faziam.
- (C) fazia.
- (D) devem fazer.
- (E) faz.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO
Questões de 11 a 15

QUESTÃO 11

A Lei nº 8.112/1991 instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. A respeito das disposições dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A posse, que ocorrerá em 30 dias da publicação do ato de provimento, será dada pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado.
- (B) Nomeação é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
- (C) São exemplos de licenças previstas nessa lei o afastamento para servir a outro órgão ou entidade, o afastamento para exercício de mandato eletivo, o afastamento para estudo ou missão no exterior e a licença por motivo de doença em pessoa da família.
- (D) Após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.
- (E) O tempo de serviço prestado às Forças Armadas não é contado, para todos os efeitos, como tempo de serviço público federal.

QUESTÃO 12

A Lei nº 9.784/1999 trata do processo administrativo federal. Acerca dos institutos previstos nesse diploma, assinale a alternativa correta.

- (A) A revogação é instituto ligado à existência de vícios de legalidade no ato administrativo, sendo a respectiva prática uma faculdade da Administração.
- (B) Os atos administrativos poderão ser convalidados, ainda que acarretem lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.
- (C) De acordo com a mencionada lei, não cabe, de maneira geral, recursos de decisões administrativas.
- (D) A revogação é instituto ligado ao mérito do ato administrativo, entendido como motivos de conveniência e oportunidade, sendo a respectiva prática uma faculdade da Administração, respeitados os direitos adquiridos.
- (E) Todos os atos e todas as decisões administrativas são delegáveis, uma vez que a competência para essa prática é renunciável.

QUESTÃO 13

O marco da prestação de serviços públicos está no art. 175 da Constituição Federal de 1988, que define e incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos. Em relação aos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) As concessões de serviço público não são sujeitas a fiscalização pelo poder concedente, ao contrário das permissões.
- (B) A permissão de serviço público é formalizada mediante contrato de adesão, sendo marcada pela precariedade e pela revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.

- (C) As concessões de serviços públicos não necessitam ser precedidas de licitação, haja vista a urgência que deve direcionar o processo de contratação.
- (D) O direito ao serviço adequado, dado seu caráter constitucional e legal, impede sua interrupção, mesmo em situações de emergência.
- (E) As autorizações de serviço público não são permitidas no direito administrativo brasileiro.

QUESTÃO 14

No que concerne à responsabilidade civil extracontratual do Estado e às disposições correspondentes na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal adota a teoria da irresponsabilidade, segundo a qual o poder público não pode ser responsabilizado pelas respectivas condutas, salvo se caracterizarem improbidade administrativa.
- (B) A Constituição Federal somente normatiza a responsabilidade civil de pessoas jurídicas de direito público, estando as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público excluídas expressamente da previsão constitucional.
- (C) O direito administrativo brasileiro adota, na maioria dos casos, a teoria da culpa administrativa, de modo a não permitir a responsabilidade objetiva do Estado.
- (D) A Constituição Federal não prevê a possibilidade de exercício do direito de regresso contra o responsável que atue com dolo ou culpa.
- (E) A responsabilidade civil de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviço público por ações dos seus agentes independe da prova de culpa, sendo possível o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

QUESTÃO 15

A Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021 – contém disposições acerca do processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, bastante diversos entre si. Com base nessa legislação, no que se refere às contratações diretas, assinale a alternativa correta.

- (A) A licitação é dispensável quando for inviável a competição, em especial quando envolver valores inferiores a R\$ 100.000,00, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, ou R\$ 50.000,00, no caso de outros serviços e compras.
- (B) A contratação direta é, em geral, processo informal, visando a permitir ao gestor público a contratação do material ou do serviço que o contratante considerar mais conveniente.
- (C) A Administração Pública deverá sempre realizar licitação na modalidade concorrência, ainda que se trate de aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária a sua escolha.
- (D) Para a contratação que tenha por objeto a compra de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, não é dispensável a licitação.
- (E) É inexigível a licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, discriminados na própria lei, como restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL
Questões de 16 a 20

QUESTÃO 16

Segundo a Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deve obedecer, entre outros, ao princípio da impessoalidade. Esse princípio determina que

- (A) o ato administrativo é imputado ao funcionário que o pratica, e não ao órgão ou à entidade pública.
- (B) a atividade administrativa pode objetivar interesses privados do próprio servidor que pratica o ato.
- (C) a promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos na publicidade dos atos é proibida.
- (D) o servidor público responde pessoalmente a terceiro na hipótese de prática de ato ilícito.
- (E) a autoridade administrativa tem permissão para escolher quem será beneficiado pelos efeitos do ato administrativo, mas é vedada a escolha de quem será prejudicado pelos efeitos desse ato.

QUESTÃO 17

No que se refere à investidura em cargo ou emprego público e aos princípios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando os princípios da moralidade e da igualdade material, os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, e jamais aos estrangeiros.
- (B) De acordo com o princípio da eficiência, é vedada a nomeação para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (C) Em função do princípio da economicidade, a administração pública indireta não necessita realizar concurso público.
- (D) De acordo com o princípio da igualdade, a reserva de cargos e empregos para pessoas portadoras de deficiência é inconstitucional.
- (E) Tendo em vista a previsão constitucional, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas de títulos.

Área livre

QUESTÃO 18

No que concerne ao direito de associação profissional e de sindicalização, assinale a alternativa correta.

- (A) É um direito fundamental da pessoa jurídica de direito público, que permite a interferência e a intervenção na organização sindical por parte do governo.
- (B) É um direito que se desdobra em obrigatoriedade de fundação do sindicato e liberdade de adesão sindical.
- (C) É um direito exercido na relação jurídica entre empregado e empregador, pois constitui-se em um direito individual do trabalhador.
- (D) É permitido que os sindicatos ingressem em juízo na defesa de direitos e interesses coletivos e individuais da categoria.
- (E) É obrigatória a filiação do empregado a sindicato, em razão da proteção social dos trabalhadores.

QUESTÃO 19

No que tange ao direito de propriedade, previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Refere-se a bens imóveis e não se estende a obras intelectuais, como livros e invenções científicas.
- (B) Tem, entre seus efeitos, o de impedir a desapropriação pelo poder público.
- (C) Não impede que, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente possa usar a propriedade particular, assegurado ao proprietário o recebimento de indenização ulterior em caso de dano.
- (D) É absoluto, pois não possui nenhum tipo de limitação ou de restrição.
- (E) Autoriza o credor de uma dívida a penhorar a pequena propriedade rural trabalhada pela família, mesmo em relação a dívida alusiva à atividade produtiva da pequena propriedade.

QUESTÃO 20

Com relação ao princípio da legalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da legalidade é essencial ao Estado Democrático de direito, de maneira que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.
- (B) O princípio da legalidade não se encontra expresso na Constituição Federal de 1988.
- (C) O princípio da legalidade não é um direito fundamental.
- (D) Tendo em vista seu poder soberano, a Administração Pública não segue o princípio da legalidade.
- (E) De acordo com o princípio da legalidade, a pessoa particular e a Administração Pública podem fazer tudo aquilo que a lei não proíbe.

Área livre

NOÇÕES DE ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO
Questões de 21 a 25

QUESTÃO 21

Em relação à Comissão de Ética Pública (CEP), prevista no Decreto nº 6.029/2007, assinale a alternativa correta.

- (A) A CEP é integrada por 11 brasileiros ou estrangeiros, nomeados alternadamente pelo presidente da República, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Os integrantes da CEP recebem remuneração mensal pelos trabalhos nela desenvolvidos.
- (C) A atuação da CEP somente pode ser provocada pelo presidente da República com o objetivo de apurar infração ética imputada a agente público, órgão ou setor específico de ente estatal.
- (D) À CEP compete, entre outras atribuições, atuar como instância consultiva do presidente da República e dos ministros de Estado em matéria de ética pública.
- (E) Os membros da CEP possuem mandato vitalício.

QUESTÃO 22

O Decreto nº 1.171/1994 estabeleceu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e foi complementado pelo Decreto nº 6.029/2007. No que tange às regras deontológicas, aos deveres e às vedações ao servidor público, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor pode, pelo prazo de 24 horas, retirar da repartição pública, mesmo sem estar legalmente autorizado, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
- (B) Como regra deontológica, a moralidade administrativa, em razão do princípio da legalidade, não pode integrar-se ao direito como elemento de sua aplicação e de sua finalidade.
- (C) A publicidade do ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei.
- (D) O servidor, em função de seu espírito de solidariedade, pode ser conivente com erro ou infração ao Código de Ética do Servidor ou ao código de ética de sua profissão.
- (E) O servidor, quando no exercício do direito de greve, não necessita zelar pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.

QUESTÃO 23

O Decreto nº 1.171/1994 instituiu comissões de ética em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público. A respeito dessas comissões, assinale a alternativa correta.

- (A) Podem aplicar pena de censura ao servidor público.
- (B) Não podem fornecer registros de natureza ética para o efeito de instruir promoções no quadro de carreira dos servidores em razão do dever de sigilo.

- (C) Não podem considerar como servidor público, para fins de apuração de comprometimento ético, quem preste serviços de natureza temporária ou excepcional.
- (D) São consideradas entidades autônomas vinculadas ao Tribunal de Contas da União e não integram o Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Federal.
- (E) Podem alegar omissão do código de ética correspondente, não podendo supri-la por analogia ou invocação dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa correspondente às condutas que são tipificadas como atos de improbidade administrativa.

- (A) Culposas que impliquem enriquecimento ilícito e dolosas que causem prejuízo ao Erário ou violação dos princípios da Administração.
- (B) Culposas que impliquem violação dos princípios da Administração e dolosas que impliquem enriquecimento ilícito e prejuízo ao Erário.
- (C) Culposas e dolosas que impliquem enriquecimento ilícito, prejuízo ao Erário ou violação dos princípios da Administração.
- (D) Culposas que impliquem enriquecimento ilícito, prejuízo ao Erário ou violação dos princípios da Administração.
- (E) Dolosas que impliquem enriquecimento ilícito, prejuízo ao Erário ou violação dos princípios da Administração.

QUESTÃO 25

A qualificação dos atos como de improbidade administrativa tem por objetivo tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Acerca desse tema, quanto às sanções por atos de improbidade administrativa estabelecidas pela Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se aplicam aos atos de improbidade os princípios do direito administrativo sancionador, uma vez que se trata de disciplina autônoma.
- (B) Estão sujeitos à sanção da lei de improbidade os atos praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual.
- (C) Os atos praticados contra o patrimônio de entidades privadas, mesmo que recebam subvenção, benefício ou incentivo fiscais ou creditícios de entes públicos ou governamentais, não podem ser punidos como improbidade.
- (D) Não é mais necessário o dolo para a qualificação do ato de improbidade, entendido dolo como a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado.
- (E) Os agentes políticos não são considerados agentes públicos pela lei de improbidade e, por consequência, não estão sujeitos a ela.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões de 26 a 60

QUESTÃO 26

Quanto à gestão de processos, assinale a alternativa que indica a principal vantagem do uso da tecnologia, especificamente na análise e melhoria de processos.

- (A) Redução da produtividade
- (B) Aumento da burocracia interna
- (C) Aumento da resistência dos clientes à inovação
- (D) Redução da eficiência dos funcionários
- (E) Redução de custos operacionais

QUESTÃO 27

Dentro do processo decisório, uma árvore de decisão é a ferramenta que

- (A) representa graficamente uma hierarquia de processos em uma empresa.
- (B) auxilia na tomada de decisões, mostrando as diferentes opções disponíveis e suas consequências.
- (C) avalia o desempenho da equipe de vendas.
- (D) automatiza o processo de recrutamento e seleção de candidatos.
- (E) também se denomina 5W2H.

QUESTÃO 28

O planejamento estratégico utiliza-se de algumas ferramentas administrativas, entre elas, o “Diagrama de Ishikawa”, também conhecido como “espinha de peixe”. Essa ferramenta é usada para

- (A) descrever a estrutura de um banco de dados relacional.
- (B) avaliar a *performance* de pessoal.
- (C) planejar a logística reversa de uma empresa.
- (D) identificar as causas e os efeitos de um problema ou evento.
- (E) otimizar o processo de comunicação entre os funcionários.

Área livre

QUESTÃO 29

Acerca da gestão de desempenho de pessoal, assinale a alternativa que corresponde a três objetivos da avaliação de desempenho.

- (A) Tornar o planejamento da empresa dinâmico; conseguir melhorias, na empresa, voltadas à produtividade, à qualidade e à satisfação dos clientes; desenvolver competências dos colaboradores.
- (B) Tornar o planejamento da empresa imprevisível; conseguir melhorias, na empresa, voltadas à produtividade e à qualidade, exceto com relação à satisfação dos clientes; melhorar as competências das pessoas e da empresa.
- (C) Tornar o planejamento da empresa imutável; conseguir retrocessos, na empresa, voltados à produtividade e à qualidade, inclusive com relação à satisfação dos clientes; otimizar as competências das pessoas e da empresa.
- (D) Servir como importante instrumento coadjuvante em decisões de carreira, salários e participação nos resultados da empresa; servir como único instrumento para levantamento de necessidades de treinamento e de desenvolvimento; identificar competências.
- (E) Servir como importante instrumento coadjuvante em decisões de carreira, salários e participação nos resultados da empresa; servir como instrumento dispensável para levantamento de necessidades de treinamento e de desenvolvimento; identificar talentos.

QUESTÃO 30

Acerca do processo de recrutamento e seleção de pessoal, assinale a alternativa correta.

- (A) O desenho dos cargos é essencial, pois constitui a base da aplicação financeira na organização.
- (B) O recrutamento pode ser entendido como conjunto de funções, tarefas ou atribuições com posição estabelecida na estrutura organizacional.
- (C) Para desenhar um cargo, não é preciso formalizar atribuições e responsabilidades dos funcionários.
- (D) No desenho de cargo, é dispensável estabelecer qual a relação com a liderança e indicar a posição na estrutura da organização.
- (E) O descritivo de cargos em um processo de recrutamento ajuda a atrair candidatos que possuam as habilidades e as experiências possíveis para desempenhar o papel esperado.

Área livre

QUESTÃO 31

Tendo em vista a competitividade nas organizações, assinale a alternativa que apresenta a estratégia considerada uma abordagem eficaz para fomentar a cultura de inovação em uma empresa.

- (A) Manter uma estrutura hierárquica rígida e centralizada para controlar o processo de inovação.
- (B) Limitar o acesso à informação e aos recursos para garantir o surgimento das ideias inovadoras.
- (C) Estimular a diversidade de pensamento e promover a colaboração entre os membros da equipe.
- (D) Premiar apenas resultados imediatos, sem conceber o impacto da inovação em longo prazo.
- (E) Contratar exclusivamente profissionais com formação técnica, sem levar em conta a criatividade.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa que melhor apresenta competência(s) importante(s) para um bom líder.

- (A) Capacidade de delegar tarefas e responsabilidades de forma eficiente.
- (B) Tendência a tomar decisões unilaterais sem considerar o impacto nos outros.
- (C) Visão e planejamento estratégico de baixo impacto para o negócio.
- (D) Inflexibilidade e resistência em aceitar opiniões e sugestões.
- (E) Parcas habilidades de comunicação e dificuldade em trabalhar em equipe.

QUESTÃO 33

A cultura organizacional pode ser formada por diferentes elementos, entre os quais se destacam

- (A) lucratividade, produtividade e eficiência.
- (B) missão, visão e valores.
- (C) hierarquia, autoridade e disciplina.
- (D) inovação, criatividade e flexibilidade.
- (E) departamentos, cargos e funções.

QUESTÃO 34

Quando se trata de capacitação de pessoal nas empresas, a dinâmica de grupo é um aspecto importante a ser considerado em treinamentos. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta uma das técnicas utilizadas para estimular a criatividade e a tomada de decisão em grupos.

- (A) Análise SWOT
- (B) Ciclo PDCA
- (C) *Feedback* 360 graus
- (D) Teoria dos dois fatores
- (E) *Brainstorming*

Área livre

QUESTÃO 35

O orçamento público é um instrumento de planejamento e execução das finanças do Estado. A esse respeito, é correto afirmar que o orçamento elaborado no Brasil enquadra-se no tipo

- (A) orçamento base zero.
- (B) orçamento tradicional, voltado para o perfil contábil.
- (C) orçamento programa, voltado para o perfil gerencial, em que são expressas as ações a realizar e a identificação dos recursos para sua execução.
- (D) orçamento incremental, no qual são feitos acréscimos ou decréscimos quantitativos a cada ano.
- (E) orçamento misto, cuja elaboração, discussão e aprovação são de competência exclusiva do Poder Legislativo.

QUESTÃO 36

O princípio orçamentário da Unidade, previsto no art. 2º da Lei nº 4.320/1964, visa a evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, as receitas previstas e as despesas fixadas devem integrar um único documento legal, que é a Lei Orçamentária Anual (LOA). No que tange a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Cada ente federativo elabora a própria LOA.
- (B) Cada um dos três Poderes elabora a própria LOA.
- (C) Há uma única LOA para todos os entes federativos.
- (D) Há uma LOA para cada um dos três Poderes.
- (E) Há uma LOA para cada orçamento: fiscal; de investimento; e da seguridade social.

QUESTÃO 37

O processo de elaboração e execução do orçamento público no Brasil envolve a utilização de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A integração entre a LOA e o PPA se dá por meio

- (A) das metas e prioridades da Administração Pública Federal.
- (B) das receitas previstas e despesas fixadas.
- (C) dos princípios orçamentários.
- (D) dos programas.
- (E) das metas fiscais.

Área livre

QUESTÃO 38

Considerando a metodologia para elaboração do Plano Plurianual (PPA), define-se ação orçamentária como o conjunto de operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) para atender ao objetivo de um programa. O tipo de ação orçamentária que envolve um conjunto de operações que implementam ações inéditas em um prazo determinado denomina-se

- (A) diretriz.
- (B) meta.
- (C) projeto.
- (D) atividades.
- (E) operação especial.

QUESTÃO 39

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a descentralização financeira consiste na movimentação de recursos financeiros do órgão central de programação financeira para as unidades gestoras. A transferência de recursos financeiros recebidos por um ministério sob a forma de cota para uma unidade orçamentária a ele vinculada denomina-se

- (A) destaque.
- (B) repasse.
- (C) dotação.
- (D) provisão.
- (E) sub-repasse.

QUESTÃO 40

Em relação ao ingresso de recursos financeiros nos cofres públicos, é correto afirmar que se consideram receitas públicas, em sentido amplo,

- (A) apenas as receitas orçamentárias.
- (B) os ingressos extraorçamentários e as receitas orçamentárias.
- (C) as receitas de operações intraorçamentárias.
- (D) as receitas decorrentes de antecipação de receita orçamentária.
- (E) somente as receitas previstas na Lei Orçamentária Anual.

Área livre

QUESTÃO 41

A classificação da receita orçamentária por natureza de receita utiliza uma estrutura de codificação de 8 dígitos (X.X.X.X.XX.X.X), em que o primeiro dígito indica a categoria econômica, e o segundo dígito, a origem da receita. Assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre a categoria econômica e a origem da receita.

- (A) 1.1.X.X.XX.X.X – 1. Receitas correntes; 1. Operações de crédito
- (B) 1.2.X.X.XX.X.X – 1. Receitas correntes; 2. Alienação de bens
- (C) 1.2.X.X.XX.X.X – 1. Receitas orçamentárias; 2. Receitas correntes
- (D) 2.1.X.X.XX.X.X – 2. Receita de capital; 1. Operações de crédito
- (E) 2.1.X.X.XX.X.X – 2. Receita orçamentária; 1. Receita patrimonial

QUESTÃO 42

Na execução da receita orçamentária, a etapa do recolhimento consiste na

- (A) transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro Nacional.
- (B) entrega dos recursos devidos ao Tesouro Nacional pelos contribuintes ou devedores.
- (C) estimativa da arrecadação de receitas que constará na proposta orçamentária.
- (D) reserva de dotação orçamentária para um fim específico.
- (E) ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

QUESTÃO 43

Os créditos em favor da Fazenda Pública, tributários e não tributários, não recebidos no prazo legal, cuja certeza e liquidez foram apuradas pelo órgão competente denominam-se

- (A) dívida pública.
- (B) obrigações do ente público com terceiros.
- (C) dívida mobiliária federal.
- (D) dívida ativa.
- (E) restos a pagar.

QUESTÃO 44

A execução da despesa orçamentária ocorre em três estágios: empenho, liquidação e pagamento. Se, em determinado exercício financeiro, o valor da despesa liquidada for igual ao valor da despesa empenhada, com certeza, o valor da despesa paga será igual

- (A) à despesa empenhada.
- (B) à despesa liquidada.
- (C) a qualquer valor entre zero e o total da despesa liquidada.
- (D) à despesa empenhada mais a despesa liquidada.
- (E) à despesa liquidada menos a despesa empenhada.

QUESTÃO 45

Suponha que, no exercício 20X1, um ente público tenha empenhado despesas no valor de \$ 1.500,00, dos quais \$ 1.100,00 foram pagos. No final do exercício, \$ 300,00 foram inscritos em restos a pagar processados, e \$ 100,00 foram inscritos em restos a pagar não processados. Com base apenas nessas informações, o total de despesas liquidadas no exercício foi

- (A) \$ 300,00.
- (B) \$ 400,00.
- (C) \$ 1.100,00.
- (D) \$ 1.300,00.
- (E) \$ 1.400,00.

QUESTÃO 46

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) define suprimento de fundos como a entrega antecipada de numerário para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Acerca desse assunto, é correto afirmar que se trata de um regime de adiantamento de valores

- (A) que dispensa o empenho prévio.
- (B) a um servidor para futura prestação de contas.
- (C) a terceiros que fornecem bens ou serviços à Administração Pública.
- (D) que não constitui despesa orçamentária.
- (E) que não se sujeita aos três estágios da despesa orçamentária.

QUESTÃO 47

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC nº 101/2000) designou novas atribuições à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), concernentes à responsabilidade na gestão fiscal. Segundo a LRF, a LDO disporá, entre outros assuntos, acerca

- (A) da taxa de juros.
- (B) da previsão da receita e da fixação da despesa.
- (C) dos objetivos e das metas da Administração Pública Federal.
- (D) do equilíbrio entre receitas e despesas públicas.
- (E) da taxa de câmbio.

Área livre

QUESTÃO 48

De acordo com o art. 61 da Constituição Federal de 1988, a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores, ao procurador-geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Carta Magna. Com base nessa temática, é correto afirmar que o Brasil adota a democracia

- (A) direta, como regra geral, e admite a democracia representativa em alguns casos.
- (B) representativa, como regra geral, e admite a democracia participativa em alguns casos.
- (C) semidireta, como regra geral, e admite a democracia representativa em alguns casos.
- (D) indireta, como regra geral, e admite a democracia representativa em alguns casos.
- (E) representativa.

QUESTÃO 49

Qual é a principal função do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito brasileiro?

- (A) Aplicar as leis de forma imparcial e garantir a justiça.
- (B) Elaborar novas leis para se adaptar às mudanças sociais.
- (C) Executar políticas públicas e administrar o governo.
- (D) Legislar de acordo com a vontade popular.
- (E) Controlar as Forças Armadas e manter a segurança nacional.

QUESTÃO 50

Na perspectiva da administração pública gerencial, qual é o princípio central para a promoção da eficiência e da eficácia na gestão pública?

- (A) Princípio da legalidade estrita
- (B) Princípio da impessoalidade
- (C) Princípio da flexibilidade organizacional
- (D) Princípio da centralização decisória
- (E) Princípio da estabilidade no emprego público

Área livre

QUESTÃO 51

Assinale a alternativa que melhor descreve a diferença fundamental entre governança e governabilidade.

- (A) A governança refere-se à capacidade de um governo para implementar políticas, e a governabilidade se concentra na participação dos cidadãos nas decisões políticas.
- (B) A governança se concentra na equidade de gênero na política, e a governabilidade lida com a equidade de gênero na economia.
- (C) Governança está relacionada ao desenvolvimento econômico, e governabilidade diz respeito à justiça social.
- (D) A governança envolve a transparência das ações do governo, e a governabilidade está ligada à proteção dos direitos humanos.
- (E) Governança aborda a eficácia das instituições políticas, e governabilidade trata da estabilidade do sistema político.

QUESTÃO 52

Accountability é um conceito que está relacionado à atuação do agente público, principalmente em relação a três aspectos: avaliação, prestação de contas e responsabilização. Nesse sentido, a responsabilização refere-se à (ao)

- (A) capacidade do governo de manter informações provisórias para garantir a segurança nacional.
- (B) obrigação dos cidadãos de prestar contas ao governo por suas ações e decisões.
- (C) entendimento de que as ações do governo devem ser transparentes e sujeitas à fiscalização.
- (D) prática de manter um registro detalhado das despesas do governo.
- (E) capacidade do governo de agir de forma autoritária, sem prestar contas aos cidadãos.

QUESTÃO 53

No tocante ao processo de formulação de políticas públicas, assinale a alternativa que indica o nome da fase que envolve a alocação de recursos, o desenvolvimento de regulamentos e a criação de estruturas organizacionais para a implementação de uma política.

- (A) *Agenda-Setting*
- (B) Revisão e aperfeiçoamento
- (C) Tomada de decisão
- (D) Implementação
- (E) Identificação do problema

Área livre

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa que melhor apresenta uma definição de políticas públicas.

- (A) Ações conjuntas executadas pelo governo, a fim de atender, de forma ampla, às necessidades da população.
- (B) Estudos, cujas interpretações pouco atendem questões coletivas ou específicas da sociedade.
- (C) Ações específicas que, em geral, não refletem as necessidades da coletividade.
- (D) Ações que causam pouco impacto.
- (E) Estudos que abrangem somente a esfera governamental.

QUESTÃO 55

Quando conselhos, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público (OSICs), entre outros membros da sociedade civil organizada, participam do processo de formulação de políticas públicas, observa-se, como principal característica, a (o)

- (A) visibilidade social.
- (B) controle social.
- (C) cultura pública.
- (D) democratização.
- (E) representação de interesses diversos.

QUESTÃO 56

A teoria burocrática weberiana entende que o Estado deve possuir, entre outras características,

- (A) o excesso de regras, a subjetividade e o mecanicismo.
- (B) o individualismo, os registros escritos e a estrutura orgânica.
- (C) a divisão do trabalho, a flexibilidade organizacional e a previsibilidade.
- (D) a informalidade das comunicações, a impessoalidade e o organicismo.
- (E) a racionalidade, o compromisso profissional e a hierarquia de autoridade.

QUESTÃO 57

No que se refere à comunicação na gestão pública e na gestão de redes organizacionais, determinado setor que respeita a autoridade única do nível organizacional superior está de acordo com

- (A) a administração científica em relação à delimitação de tarefas.
- (B) a administração clássica em relação à redução dos custos de produção.
- (C) o estudo dos tempos e dos movimentos.
- (D) o pressuposto de Fayol em relação à unidade de comando.
- (E) a teoria da contingência em relação à produtividade.

Área livre

QUESTÃO 58

A respeito das políticas públicas no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) São de exclusiva responsabilidade do Poder Executivo.
- (B) São medidas tomadas apenas para atender demandas imediatas da população.
- (C) A participação social é um elemento importante no processo de formulação de políticas públicas.
- (D) A avaliação das políticas públicas é um processo que ocorre exclusivamente após a implementação das ações.
- (E) O ciclo das políticas públicas compreende apenas as etapas de formulação e implementação.

QUESTÃO 59

No que tange à avaliação de políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Ocorre apenas após a implementação das ações.
- (B) É um processo sistemático e contínuo.
- (C) Ocorre antes da formulação das ações a serem implementadas.
- (D) Inclui necessariamente a mobilização da sociedade.
- (E) Exclui a análise dos impactos sociais, econômicos e ambientais das políticas públicas.

Área livre

QUESTÃO 60

A história da administração pública está repleta de reformas na busca de instrumentos para melhorar a gestão governamental e a implementação de políticas públicas. O Estado passa por contínuas mudanças sempre tentando melhorar a forma de lidar com problemas públicos, além das adequações necessárias decorrentes de sua evolução. Por trás das reformas há conjuntos de teorias sobre a estruturação do governo. Ao longo da história há transformações não somente em abrangência e escala da ação governamental como também na forma de ação do governo, além das mudanças na sociedade como um todo. Vimos, por exemplo, a passagem do Estado predominantemente hierárquico ao Estado que funciona também em rede; quando antes se via uma dicotomia entre o público e o privado, hoje se vê parceria entre ambos; ações públicas eram predominantemente implementadas por comando e controle e, hoje, negociação, convencimento e persuasão são quase imprescindíveis ao sucesso.

OLLAIK, Leila Giandoni; MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. In: *Revista de Administração Pública* [on-line]. 2011, v. 45, n. 6 pp. 1943-1967. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000600015>>. Acesso em: 27 out. 2023.

Com base nesse assunto, é correto afirmar que a Nova Gestão Pública

- (A) valoriza a descentralização de poder, a transparência e a *accountability* no setor público.
- (B) minimiza a adoção de práticas de gestão oriundas do setor privado.
- (C) não enfatiza a eficiência e a busca por resultados na Administração Pública.
- (D) desvaloriza a participação e o engajamento da sociedade nas decisões governamentais.
- (E) enfatiza a centralização do poder decisório nas mãos dos gestores públicos.

Área livre

O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) prova discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

P R O V A D I S C U R S I V A

Leia, com atenção, os textos a seguir.

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos Poderes.

Disponível em: <portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2023.

O que é orçamento público? O orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da Administração Pública. É um instrumento que os governos usam para organizar os seus recursos financeiros. Partindo da intenção inicial de controle, o orçamento público tem evoluído e vem incorporando novas instrumentalidades. No Brasil, o orçamento reveste-se de diversas formalidades legais. Sua existência está prevista constitucionalmente, materializada anualmente em uma lei específica que “estima a receita e fixa despesa” para determinado exercício. Por causa dessa característica, as despesas só poderão ser realizadas se forem previstas ou incorporadas ao orçamento. Adicionalmente ao ditame constitucional, é importante observar o citado no art. 2º da Lei nº 4.320/1964, transcrito a seguir.

Art. 2º. A Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

Disponível em: <enap.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2023, com adaptações.

Considerando que os textos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo com o tema “O orçamento público no Brasil”. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) o tipo de orçamento público adotado no Brasil e a legislação pertinente;
- b) o motivo de o orçamento público no Brasil ser classificado como orçamento misto; e
- c) as principais características do tipo de orçamento público adotado no Brasil.

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

PROVA APLICADA

ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento